

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA, RORAIMA: EMBATES CONTEMPORÂNEOS¹

SPECIAL EDUCATION IN THE MUNICIPALITY OF BOA VISTA, RORAIMA: CONTEMPORARY CONFLICTS

Maria Edith Romano SIEMS²
Monique Linciano de Azevedo COSTA³
Katia Regina Moreno CAIADO⁴

RESUMO: O município de Boa Vista concentra 64,94% da população do estado de Roraima e tem sob sua responsabilidade 133 unidades escolares, sendo 116 em área urbana e 17 em área rural. O Plano Municipal de Ensino traz diretrizes e metas para a Educação Especial, similares às diretrizes nacionais. O objetivo deste estudo foi compreender como se dá, em âmbito municipal, a aplicação das políticas estabelecidas no país para a educação dos estudantes categorizados como público da Educação Especial. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa que busca identificar, na análise de documentos oficiais, dados censitários, publicações de natureza legal e registros da mídia local, quais ações se têm efetivado no cotidiano do município. Os resultados indicam expansão no volume de estudantes público da Educação Especial, sobretudo os que trazem a categorização de transtornos do espectro do autismo e altas habilidades/superdotação; diversificação de tipos de profissionais incorporados aos quadros de servidores da rede de ensino para atendimento às especificidades desses estudantes; e criação e implementação de espaços específicos, na forma de Centros Especializados, com ações que precisam ser mais bem conhecidas e compreendidas, assim como os elevados dispêndios financeiros na aquisição de materiais didáticos padronizados.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Política educacional. Inclusão escolar. Educação em Roraima.

ABSTRACT: The municipality of Boa Vista concentrates 64.94% of the population of the state of Roraima, Brazil, and is responsible for 133 school units, 116 of which are in urban areas and 17 in rural areas. The Municipal Education Plan provides guidelines and goals for Special Education, similar to national guidelines. Thus, the objective of this study was to understand how, at the municipal level, the policies established in the country are applied to the education of students categorized as population of the Special Education. This is a qualitative study that seeks to identify, through the analysis of official documents, census data, legal publications, and local media records, which actions have been implemented in the municipality's daily life. The results indicate an expansion in the number of Special Education students, especially those categorized as having autism spectrum disorders and identified as gifted; the diversification in the types of professionals incorporated into the teaching staff to address the specific needs of these students; as well as the creation and implementation of specific spaces, in the form of Specialized Centers, with actions that need to be better known and understood, along with significant expenditures on standardized teaching materials.

KEYWORDS: Special Education. Education policy. School inclusion. Education in Roraima.

1 INTRODUÇÃO

O município de Boa Vista, capital do estado de Roraima, localizado no extremo norte da Amazônia brasileira, apresenta uma rede municipal de ensino com ampla cobertura das

¹ <https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0328>

² Professora Permanente do Programa de PósGraduação em Educação na Amazônia - PGEDA/ Associação Plena em Rede, no Polo UFRR. E-mail: edithromanos@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5527-0065>

³ Doutoranda em Educação. Pós-Graduação em Educação na Amazônia. Universidade Federal de Roraima (UFRR). Professora da Educação Básica. Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Roraima. Boa Vista/Roraima/Brasil. E-mail: moniquelincianocosta@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5099-7326>

⁴ Docente aposentada. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora colaboradora. Pós-Graduação em Educação da UFSCar, campus Sorocaba. Sorocaba/São Paulo/Brasil. E-mail: caiado.katia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3091-5135>

demandas da coletividade. Constitui-se por um conjunto de 133 unidades escolares distribuídas em nove macroáreas, que atendem a demandas relativas a populações indígenas residentes em áreas urbanas e rurais, estudantes em situação de migração, em sua maior parte oriundos da Venezuela, e estudantes categorizados como público da Educação Especial. Desde o ano de 1991, o município oferece serviços especializados de atendimento educacional e psicopedagógico no Centro Municipal Integrado de Educação Especial (CMIEE).

É importante registrar que, em todo o estado de Roraima, a educação escolar dos estudantes categorizados como público da Educação Especial deu-se, desde sua gênese, em instituições públicas e no âmbito das redes de educação, diferenciando-se do restante do país, em que a oferta de serviços a populações com deficiência ocorreu com o protagonismo de instituições privadas de natureza filantrópica, como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e sociedades como a Pestalozzi, algumas das mais conhecidas (Siems, 2016).

Em análise da situação da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no município de Boa Vista, Roraima, Siems e Alves (2018) destacam o CMIEE como espaço criado pelo município em 1991 com a finalidade de realizar atendimento especializado aos estudantes com deficiência. Esse estudo apresentou que, em âmbito municipal, no ano de 2016, havia uma aplicação intensiva do programa de implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e destacou a inserção de profissionais assistentes cuidadores de nível médio no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração da Prefeitura Municipal de Boa Vista, bem como o surgimento de cargos de professores de educação infantil bilíngues e analistas em educação nas áreas de Assistência Social, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional para o apoio aos estudantes.

Siems e Alves (2018) fazem menção específica a um “professor de sala de recursos multifuncionais”, evidenciando a confusão entre a demanda de profissionais especialistas na área de conhecimento “Educação Especial” com a contratação de profissionais em função de um lócus específico de atividade: as SRM. Esse quadro mantém-se relativamente estável até a atualidade, tanto no funcionamento do CMIEE quanto na existência de profissionais para as SRM. Entretanto, identificamos um conjunto de novos profissionais e um forte investimento midiático na difusão da criação recente de um Centro Especializado em Transtorno do Espectro Autista, que entendemos ser necessário compreender em profundidade.

O artigo que aqui apresentamos se afilia ao desafio de pesquisa a que um conjunto expressivo de pesquisadores da Educação Especial, como Garcia (2016), Públio et al. (2018), Siems e Alves (2018), entre outros, vem se dedicando, no sentido de compreender de que forma as políticas educativas emanadas do Governo Federal são apropriadas e executadas em diferentes municípios das cinco regiões brasileiras. Registre-se, inclusive, a publicação no Caderno CEDES de um dossiê específico com essa temática, sob organização de Katia Regina Moreno Caiado e colaboradores em 2018 (ver Caiado et al., 2018).

O momento atual revela um cenário em que a retomada do modelo médico-biológico de compreensão da vida humana se mostra vigorosa, com a medicalização das emoções e dos comportamentos intensificando-se, ao tempo em que a disputa pelo acesso aos recursos financeiros da educação por parte de instituições privadas se amplia significativamente, conforme já apontado por Shiroma (2015) e Evangelista e Shiroma (2019), ao tratar da “punção do fundo

público” pelas instituições privadas de Ensino Superior. Esse aspecto da ampliação das vagas em instituições privadas financiadas com recursos públicos foi também destacado por Michels (2021), em pesquisa específica relativa à formação de professores para a Educação Especial.

O movimento de “punção” dos recursos financeiros da educação ali anunciado para o Ensino Superior, na contemporaneidade, pode ser observado em todos os níveis e modalidades de ensino, na forma de comercialização de materiais, equipamentos, serviços e, no caso da Educação Especial, como consultorias e atendimentos terapêuticos pagos como prestação de serviços para instâncias municipais e estaduais de ensino.

A já referida publicação realizada no Caderno CEDES, na edição de setembro a dezembro de 2018, apresenta um conjunto de textos articulados, por meio dos quais tivemos acesso a um panorama de como as políticas públicas de Educação Especial vinham se efetivando em diferentes municípios das cinco regiões brasileiras. O desafio posto àquele momento para os organizadores do dossiê era o de compreender de que maneira as políticas públicas em Educação Especial produzidas no âmbito da União impactaram a organização e o gerenciamento das redes de educação escolar de Boa Vista, Maceió, Cariacica, Sorocaba, Santa Maria e Corumbá.

Da região Norte, o município em destaque foi Boa Vista, capital do estado de Roraima, que concentra a maior parte da população do estado e cuja trajetória de implantação de serviços e estruturas de acesso à educação na rede regular de ensino ocorre desde os anos 1970, conforme atestam os estudos de Siems-Marcondes (2013) e Siems (2016).

Na oportunidade, Siems e Alves (2018) apresentaram o quadro de ampliação do processo de implantação de SRM na quase totalidade das escolas da rede, em especial as de área urbana, e a criação de cargos de cuidador e de professores de SRM. Essas ações mostravam-se, àquela altura, prioritárias na estrutura gerencial da educação em âmbito municipal, relegando a um espaço subalternizado o CMIEE, que, desde 1991, prestava apoio ao sistema de educação escolar, oferecendo atendimentos terapêuticos e pedagógicos individualizados aos estudantes com transtornos e deficiências e realizando ações de apoio técnico e formação dos professores da rede.

É relevante debruçar-se sobre o município de Boa Vista, considerando-se sua condição de capital e de concentração de aproximadamente 65% da população de Roraima. Trata-se de um estado em situação transfronteiriça, com uma população bastante miscigenada e com perfis de acesso em escolas urbanas, do campo e indígenas, que se constituem espaços permanentemente desafiados para a compatibilização das demandas específicas de suas populações com políticas educativas pensadas em perspectiva homogeneizante, a partir da capital federal do país.

Desenvolvemos um estudo qualitativo em que, analisando documentos oficiais, dados censitários e registros em mídia sobre a estruturação da rede de educação escolar para o atendimento aos estudantes público da Educação Especial, traçamos um panorama das estruturas atualmente em operação no município de Boa Vista, com o objetivo de compreender de que forma, na atualidade, as políticas públicas em Educação Especial produzidas no âmbito da União têm impactado a organização e o gerenciamento das redes de educação escolar de Boa Vista, Roraima.

2 MÉTODO

A pesquisa que aqui apresentamos é de abordagem qualitativa e orienta-se pelas observações dos desafios postos por Evangelista (2012), para a pesquisa documental, e por Evangelista e Shiroma (2019), com vistas ao rigor a se observar em relação ao caráter histórico da pesquisa em educação.

No desafio em que nos colocamos, de compreender de que forma as políticas públicas de Educação Especial adotadas em âmbito federal vêm se desenvolvendo nas condições reais e objetivas do município de Boa Vista, tomamos como procedimento o mapeamento de documentos no Diário Oficial do Município⁵, como documentos legislativos, editais e documentos de natureza administrativa ali publicizados; informes das páginas oficiais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, bem como matérias jornalísticas que tomaram como informantes gestores municipais.

No processo de busca dos documentos, realizado de março a setembro de 2024, tanto no Diário Oficial do Município quanto na página oficial da Prefeitura Municipal de Boa Vista, usamos como descritores: “Educação Especial”, “autismo”, “Centro Municipal Integrado de Educação Especial”, “Centro Especializado em Transtorno do Espectro Autista”, “Sala de Recurso Multifuncional” e “Atendimento Educacional Especializado”.

Na seleção dos documentos a serem analisados, foram aplicados critérios de inclusão e exclusão, com o intuito de identificar e considerar aqueles que trouxessem dados relevantes para o desenvolvimento do trabalho e que fossem efetivamente afeitos à temática, tendo em vista que, ao pesquisarmos nas páginas eletrônicas as informações acerca dos descritores, surgem resultados desconexos a partir da presença isolada de cada palavra.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) indicam um aumento de matrículas dos estudantes na Educação Básica no município de Boa Vista em todas as esferas, mas, em especial, dos estudantes matriculados na rede municipal: 104,23%, no período de 2016 a 2024. Essa ampliação decorre, em grande parte, dos movimentos migratórios que impactam a cidade, com a chegada de novas famílias, majoritariamente refugiados e migrantes venezuelanos, gerando demandas de ampliação da rede de serviços públicos em todas as áreas, sobretudo das escolas, considerando-se que o deslocamento dessa população vem sendo feito por famílias jovens e numerosas. A Tabela 1 apresenta a evolução do número de matrículas de estudantes na Educação Básica no município de Boa Vista, no período de 2016 a 2023.

⁵ Os Diários estão disponíveis em <https://publicacoes.boavista.rr.gov.br/diarios>

Tabela 1*Número de matrículas dos estudantes na Educação Básica*

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2016	1.962	37.668	32.591	15.749
2017	1.953	39.013	34.508	15.987
2018	1.472	39.789	35.265	15.235
2019	1.681	41.320	38.970	15.571
2020	1.113	43.014	41.124	14.212
2021	1.235	41.532	40.901	12.479
2022	1.479	41.028	43.102	15.200
2023	2.279	52.852	66.586	15.572

Nota. Dados extraídos de Inep (2024).

Notícia publicada em 2023 destaca que, paulatinamente, vem ocorrendo ampliação de escolas, com o intuito de ofertar por volta de quatro mil novas vagas. Na creche, para crianças de 2 a 3 anos e 11 meses, houve uma ampliação de 2.044 vagas, com novas unidades que foram construídas naquele ano.

Parte expressiva desses estudantes encontra-se entre os categorizados como público da Educação Especial. A Tabela 2 apresenta a evolução do número de matrículas desses estudantes na Educação Básica, por dependência administrativa e localização (urbana e rural), no período analisado.

Tabela 2*Número de matrículas dos estudantes da Educação Especial na Educação Básica*

Ano	Urbana				Rural			
	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2016	44	734	680	136	-	28	8	-
2017	35	772	741	157	-	21	28	-
2018	34	847	805	232	1	27	43	-
2019	44	958	1.024	274	3	22	37	-
2020	-	149	44	-	-	-	6	-
2021	55	1.175	1.127	224	4	28	25	-
2022	70	1.243	1.377	363	4	29	23	-
2023	66	1.395	2.020	503	3	30	29	-

Nota. Dados extraídos de Inep (2024).

Diante dos dados, podemos constatar que a rede municipal de ensino apresenta o maior número de matrículas de estudantes público da Educação Especial na área urbana. No entanto, o perfil desses estudantes, em suas condições de deficiência, precisa ser compreendido. Para tanto, a Tabela 3, a seguir, detalha a distribuição das matrículas da Educação Especial por

tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, no período de 2016 a 2023.

Tabela 3

Número de matrículas da Educação Especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação

Ano	Cegueira	Baixa visão	Surdez	Deficiência auditiva	Surdo-cegueira	Deficiência física	Deficiência intelectual	Deficiência múltipla	TEA	Altas habilidades/superdotação
2016	24	112	35	91	01	296	967	125	130	57
2017	24	98	28	93	01	320	1.063	123	179	44
2018	24	89	25	95	-	333	1.231	142	268	32
2019	23	85	28	93	03	334	1.336	142	514	186
2020	23	95	37	101	02	344	1.436	154	661	243
2021	19	87	36	95	02	326	1.400	149	739	222
2022	16	94	43	89	02	345	1.444	148	1.180	205
2023	23	93	45	82	-	376	1.546	157	2.017	252

Nota. Dados extraídos de Inep (2024). TEA: Transtorno do Espectro do Autismo.

Com base no tipo de condição apresentada, identificamos relativa estabilidade no volume dos categorizados como pessoas com deficiências físicas e sensoriais, mas crescimentos expressivos nos dados dos categorizados com deficiência intelectual e altas habilidades/superdotação, respectivamente 62% e 442%, entre 2016 e 2023, e uma “explosão” de 644,52% no volume de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) entre 2016 e 2023.

Um elemento a destacarmos é que, no período de 2016 a 2018, os dados do Censo Escolar registravam em matrizes diferenciadas os estudantes com transtornos desintegrativos da infância, síndrome de Asperger e síndrome de Rett, sendo esse formato modificado em 2019, no movimento que acompanhou as mudanças na Classificação Internacional de Doenças (CID), alterando a amplitude do que passa a considerar-se como TEA. Se tomarmos como base o período de 2019 a 2023, que trabalha com informações da mesma natureza, vemos, ainda assim, um crescimento exponencial: 254,83%.

Para o atendimento desses estudantes, a rede municipal informa, por seus canais oficiais, que a inclusão no município se realiza por meio das 76 SRM, que contavam, em 2024, com um quadro efetivo de 146 professores, denominados no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração da Prefeitura Municipal de Boa Vista como professores especialistas em Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Para além das SRM, a rede municipal de ensino dispõe dos serviços do CMIEE, ao qual foi acrescido, em maio de 2023, o Centro Especializado em Transtorno do Espectro Autista (CETEA). Com base em informações divulgadas, para o atendimento em ambas as instituições, os estudantes precisam ser encaminhados pelas escolas e apresentarem laudo médico.

Dados identificados nesse período evidenciam uma estabilidade nos volumes de atendimento do CMIEE, mesmo com o expressivo aumento no volume de estudantes que necessitariam de uma atenção especializada. Da mesma forma, as SRM ficam estabilizadas em 76

unidades. Mais recentemente, informações de contratação de pessoal para atuação nos Centros Especializados são indícios de uma retomada e ampliação da atenção dos gestores sobre a estrutura do CMIEE, como sendo relevante dentro do Sistema de Ensino Municipal.

O trabalho desenvolvido nas SRM foi aprofundado por Siems e Alves (2018) e acompanha o preconizado no programa federal que induziu sua criação, inclusive com a distribuição de conjuntos de equipamentos e oferta de formação a docentes. No próximo tópico, apresentaremos um detalhamento mais expressivo das ações e estruturas dos Centros Especializados em atividade no ano de 2024.

3.1 DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA

Criado no ano de 1991, somente em 1995 o CMIEE estruturou-se para atender às necessidades educativas das crianças membros da comunidade em geral, com serviços de assistência social, ludoteca, fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, pedagogia, Língua Brasileira de Sinais (Libras), sistema Braille, entre outros serviços de apoio à pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Lei Ordinária nº 1.666, de 29 de dezembro de 2015).

As atividades descritas nos projetos, como o da Brinquedoteca e o Intervir para Interagir, desenvolvidos pela equipe desse Centro, apresentam claramente a articulação entre ações pedagógicas e de suporte ao desenvolvimento dos alunos, com medidas de atuação junto a escolas regulares, visando à formação, à orientação e ao acompanhamento da comunidade escolar na inclusão dos alunos com deficiência atendidos em cada unidade de ensino.

A partir do relatório de atividades de 2020 do CMIEE, disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, verifica-se que, na instituição, assim como em toda a rede de ensino, houve a suspensão do atendimento presencial no dia 17 de março de 2020, em função do isolamento social no período da pandemia de covid-19. A equipe multidisciplinar da instituição, composta de pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e terapeuta ocupacional, foi dividida em 12 grupos, sendo seis responsáveis pelos estudantes do turno matutino e seis pelo turno vespertino, distribuídos conforme apresenta a Tabela 4.

Tabela 4

Descrição por categorias de deficiência atendidas por turno

Tipo de deficiência	Matutino	Vespertino
Transtorno do espectro do autismo	50	29
Síndrome de <i>Down</i>	5	6
Deficiência visual/baixa visão	3	3
Deficiência visual/cegueira	1	1
Deficiência auditiva/surdez	4	1
Deficiência auditiva	4	5
Deficiência física	8	3
Deficiência intelectual	30	50
Total	105	98

Nota. Dados extraídos do Relatório de atividades CMIEE de 2020.

O quantitativo de alunos atendidos no início da pandemia era de 232 crianças, e todos permaneceram sendo acompanhados de forma remota, por meio de atividades que foram desenvolvidas por vídeos voltados para orientação, informação e ludicidade. Os textos constantes de um relatório interno do CMIEE, em 2020, relatam um esforço empreendido para “proporcionar um atendimento digno e adequado a cada estudante e suas famílias”. Embora considerado como espaço de referência na rede municipal de ensino, sua capacidade de atendimento mostra-se bem abaixo do volume de estudantes que potencialmente necessitariam de seus serviços.

No início de 2022, com a retomada dos atendimentos presenciais no CMIEE, verifica-se a publicação de um Edital da Prefeitura Municipal de Boa Vista (PMBV) – Edital PMBV nº 001/2022 – destinado ao processo seletivo simplificado para contratação temporária de dois fonoaudiólogos, com carga horária semanal de 40 horas, e um terapeuta ocupacional, com carga horária de 30 horas, para compor a equipe multiprofissional.

Em notícia veiculada em junho de 2023, sobre a Educação Especial no município,⁶ destaca-se a matrícula de 220 estudantes na faixa etária de 2 a 14 anos, atendidos nos turnos matutino e vespertino, entre alunos da rede municipal, crianças da rede estadual e de instituições privadas. Ressalta-se, ainda, a existência de 128 professores especialistas na área de Educação Especial, que, além dos atendimentos ofertados, desenvolviam projetos na comunidade escolar na qual o aluno estava inserido.

Em matéria jornalística publicada em 19 de setembro de 2024, em alusão ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência,⁷ esses números passam a ser indicados como 242 crianças atendidas no CMIEE, 146 professores para o atendimento especializado, e são mantidas as 76 SRM já mencionadas anteriormente.

Um dado que se acentua nestes informes oficiais da Prefeitura Municipal é sobre a presença de estudantes categorizados clinicamente no TEA, estimados, em 2023, em 784 sujeitos, dentre os 1.531 alunos público da Educação Especial matriculados na rede municipal de ensino. Como estratégia de resposta à ampliação numérica exponencial de matrículas de estudantes com TEA, foi inaugurado o CETEA, visando fornecer atendimento gratuito e especializado a crianças com autismo de 2 a 12 anos, regularmente matriculadas na rede municipal de ensino.

O CETEA dispõe de estrutura física composta de salas de AEE, brinquedoteca, sala de artes/música, espaços adaptados para pessoas com deficiência e para avaliação multidisciplinar, e refeitório. Oferece atendimentos especializados de psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional, pedagogia, arte, educação física e serviço social, elencados pela rede de ensino como terapias fundamentais para o desenvolvimento das crianças com TEA.

O Centro iniciou suas atividades tendo como expectativa atender a cerca de 200 crianças, para, progressivamente, expandir o número de atendimentos à totalidade dos que deles precisassem. Sua implantação demandou investimentos expressivos, identificados em dados disponíveis no Diário Oficial do Município, que apresentam os valores destinados à locação de imóveis, aquisição de materiais e composição de quadro de profissionais.

⁶ Ver notícia em <https://boavista.rr.gov.br/noticias/2023/6/atencao-e-respeito-centro-especializado-em-autismo-fortalece-assistencia-aos-alunos-com-tea-da-rede-municipal-de-ensino>

⁷ Ver matéria em <https://roraimaemtempo.com.br/educacao/criancas-atendidas-no-centro-municipal-integrado-de-educacao-especial-vivenciam-passeio-inclusivo-a-cavalo/>

Nas buscas acerca do Centro no Diário Oficial do Município, encontramos que, em 29 de dezembro de 2022, na edição nº 5.775, houve uma Certidão de Dispensa de Licitação referente à locação de imóvel localizado na Avenida Glaycon de Paiva, nº 1.681, Bairro São Vicente, para atender ao funcionamento do Centro de Autismo da Rede Municipal de Ensino, pelo valor total de R\$ 256.800,00, pelo período de 12 meses. No Diário Oficial nº 5.783, de 10 de janeiro de 2023, foi publicado o extrato do contrato de locação, sendo a vigência do contrato de 12 meses, contados a partir de 3 de janeiro de 2023, com possível prorrogação por igual período.

No Diário Oficial nº 5.834, de 28 de março de 2023, foi publicado um aviso de licitação para eventual aquisição de materiais multiprofissionais para o Centro Municipal Infantil de Referência em Autismo, com valor estimado de R\$ 85.786,00, para aquisição de jogos pedagógicos gigantes, bem como outros processos de aquisição de equipamentos e materiais específicos para uso em processos terapêuticos e pedagógicos. Esses valores, quando comparados aos investimentos na casa dos milhões feitos em materiais apostilados que desconsideram quaisquer perspectivas de singularidade entre os indivíduos, nos animam a pensar em uma lógica que se proponha a ser educativa.

Observa-se expressivo investimento dos órgãos de comunicação da Prefeitura Municipal em dar visibilidade à criação desse espaço como elemento de destaque associado a investimentos da Prefeitura Municipal de Boa Vista em ações de inclusão escolar. Entretanto, de que maneira estão ocorrendo os processos de atendimento do ponto de vista dos profissionais? É o que buscaremos compreender no próximo tópico.

3.2 PROFISSIONAIS ATUANTES NA REDE MUNICIPAL DE BOA VISTA

A estrutura do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos professores da Prefeitura Municipal de Boa Vista foi estabelecida na Lei nº 1.145, de 20 de maio de 2009, e vem passando por sucessivos ajustes, em especial no tocante ao volume de vagas do quadro. Em efetiva atividade, encontramos apenas informações de imprensa indicando que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura conta com 3.380 professores efetivos e 86 professores temporários, estes últimos atuando nas áreas indígena e rural. Já o quadro de profissionais que atuam nas atividades relacionadas ao atendimento do público da Educação Especial tem passado por constantes modificações nas últimas duas décadas, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1

Estruturação legal: profissionais em atuação

Cargo	Base legal municipal	Vagas previstas	Base legal	Vagas atuais
Cuidador	Lei nº 1.411/2012	500	Lei nº 2.269/2023	1.000
Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração	Lei nº 1.145/2009	2.500	Lei nº 2.267/2022	5.000
Assistente de aluno	Lei nº 1.562/2014	418	Lei nº 2.076/2019	600

Cargo	Base legal municipal	Vagas previstas	Base legal	Vagas atuais
Professor mediador	Edital – seletivo interno	200	Diário Oficial do Município nº 6.117, de 3 de junho de 2024	–
Funções gratificadas a especialistas	Lei nº 2.270/2022	Não definidas	–	–
Gratificação ao professor mediador	Lei nº 2.271/2022	–	–	–

Nota. Dados extraídos do Diário Oficial do Município de Boa Vista.

Podemos perceber, no Quadro 1, um processo de ampliação e de contratação de profissionais, como cuidadores e professores mediadores de diferentes naturezas, e o estabelecimento de funções e gratificações a profissionais que atuam junto aos estudantes com deficiência, em uma busca que demonstra a dinâmica complexa enfrentada pela rede na construção de processos educativos. Se observarmos os valores milionários investidos na aquisição de materiais pedagógicos estruturados como opção obrigatória da rede, impondo uma oferta pedagógica única e que não abre espaço para quaisquer adequações às diferentes características dos estudantes, torna-se óbvio compreender a necessidade de ter como alternativa a colocação de pessoal suplementar para atuação individualizada com os estudantes que, eventualmente, apresentem conduta de excessiva resistência a um processo de escolarização que não se aproxime de sua vivência e realidade.

No edital de seleção dos professores mediadores, verifica-se que estes deveriam ser selecionados entre pedagogos que já atuavam como servidores no quadro de professores efetivos, com direito ao recebimento de Gratificação de Atividade em Educação Especial (GAEE). Eles seriam destinados a atuar diretamente com alunos com necessidades especiais e/ou deficiências e deveriam cumprir jornada de trabalho de 30 horas semanais. Em caso de faltas, a gratificação seria calculada de acordo com as presenças registradas, e ela não pode ser acumulada com a Gratificação de Incentivo à Docência (GID).

A carga horária estimada para atuação desse professor mediador, 30 horas semanais, seria distribuída da seguinte forma: 20 horas em atividades de regência, duas horas de planejamento ou formação, quatro horas para outras atividades escolares e quatro horas para estudos e avaliação, em local a critério do docente.

Em 19 de junho de 2023, no Diário Oficial do Município nº 6.129, ocorreu a publicação do resultado preliminar da análise curricular do processo seletivo interno, conforme critérios estabelecidos no Edital nº 034/2024. Das 36 inscrições homologadas, 32 professores foram classificados e aprovados; entretanto, até o momento de finalização desta pesquisa, não foram encontrados documentos de convocação dos aprovados nesse seletivo.

Outras movimentações relativas aos profissionais que atuariam com os estudantes público da Educação Especial têm ocorrido, como a promulgação da Lei nº 2.466, de 15 de agosto de 2023, publicada no Diário Oficial do Município nº 5.930, de 16 de agosto de 2023, com a distribuição de vagas conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2

Quadro de profissionais 2023

Cargo	Especialidade	Vagas
Analista	Especialista em Educação – em extinção	3
Analista	Orientação educacional	70
Total	Analistas	73
Professor	Pedagogia	4.183
Professor	Pedagogia de área indígena	85
Professor	Língua indígena Macuxi e Wapichana	30
Professor	Artes	250
Professor	Educação Física indígena	12
Professor	Educação Física	220
Professor	Educação bilíngue – Libras	45
Professor	Educação Especial em Braille	15
Professor	Atendimento Educacional Especializado (AEE)	110
Total	Professores	4.950

Nota. Dados extraídos do Diário Oficial do Município de Boa Vista.

A Lei nº 2.466/2023 alterou a nomenclatura de alguns cargos, entre eles, em seu inciso V, o Professor de Sala Multifuncional, que passou a ser denominado Professor, especialidade: Atendimento Educacional Especializado (AEE); e, no inciso VIII, o Professor de Educação Infantil Bilíngue (Libras), que passou a ser denominado Professor, especialidade: Educação Bilíngue (Libras). Outra alteração consta no inciso IX, em que o Analista em Educação – Orientação Educacional passou a ser denominado Analista, especialidade: Orientação Educacional. Além disso, no art. 93 dessa mesma Lei, criou-se a especialidade Educação Especial em Braille para o cargo de Professor, Nível Superior.

Observa-se aí um fluxo de ampliação e diversificação de profissionais concernente a especificidades eventualmente manifestas pelos estudantes. O cargo de cuidador, tratado em legislação específica, permanece sendo de escolaridade de nível médio e, entre suas principais atribuições, minuciosamente descritas, destacam-se as atividades relacionadas à locomoção, à higiene e à alimentação, mas também ao acompanhamento de atividades pedagógicas, lúdicas e artísticas sob orientação dos professores, cabendo-lhe também estimular o desenvolvimento do aluno e acompanhá-lo integralmente durante todo o tempo de permanência no espaço escolar.

Para compor o quadro de profissionais dos Centros Especializados, foi divulgado um edital em 2023, referente a um processo seletivo simplificado para provimento de contratação temporária e formação de cadastro reserva de pessoal para atuar tanto nas unidades de ensino do município de Boa Vista – zonas indígena, rural e urbana – quanto na Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Nesse documento, para o CETEA estavam previstas vagas para fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo e terapeuta ocupacional; e, para o CMIEE, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais.

Mesmo diante da existência de norma legal estadual que vem assegurar a matrícula para o aluno com deficiência física na escola municipal mais próxima de sua residência – Lei nº 1.578, de 29 de julho de 2014 –, não encontramos movimentos específicos ou alterações relacionadas ao ajuste a essa legislação do direito do aluno ao espaço escolar adequado às suas condições. Contudo, a manutenção de dois Centros Especializados em áreas centrais da cidade, ao passo que a estabilidade numérica das SRM se mantém, dá indícios de que a natureza das ações realizadas se manteve estável, independentemente das alterações no direito de matrícula dos estudantes público da Educação Especial.

3.3 DECISÕES PEDAGÓGICAS RELACIONADAS AOS INVESTIMENTOS EM RECURSOS DE NATUREZA PEDAGÓGICA

Um elemento que nos chamou atenção no conjunto dos documentos disponibilizados no Diário Oficial do Município foi a expressiva despesa em contratos relativos a materiais indicados como destinados a uso didático, cuja aquisição é feita de maneira articulada a processos de formação dos professores para orientação à aplicação dos materiais adquiridos.

Embora o município realize concursos públicos regularmente, e neles assegure a contratação de profissionais com a formação nos níveis e nas qualificações desejáveis para os cargos previstos, o que lhes possibilitaria avaliar as necessidades de seu alunado e estabelecer o planejamento de estratégias adequadas ao seu desenvolvimento e aprendizagem, a opção pedagógica adotada pela Secretaria de Educação e Cultura é o uso de materiais estruturados em formato de apostilas unificadas, produzidas em localidades extremamente distantes da região amazônica.

Esses materiais trazem como premissa central a oferta de atividades unificadas, que ocupam integralmente o tempo que deveria ser destinado a processos de educação escolar, com resolução das atividades apostiladas, cuja afinidade com os perfis sociais, culturais, de desenvolvimento ou de vivência locais é ignorada. Nesse sentido, os diferentes grupos populacionais que frequentam as escolas municipais, dentre os quais indígenas de diferentes etnias, migrantes que têm como língua materna o espanhol, estudantes de áreas rurais e pessoas com deficiência e transtornos variados, são todos submetidos à participação em atividades que desconsideram qualquer possibilidade de diálogo e/ou compreensão de seu contexto social, histórico ou cultural.

Destacamos neste artigo três conjuntos de materiais cujas compras se encontram em vigência no ano de 2024: o apostilamento do ensino estruturado e comercializado pelo Instituto Alfa e Beto (IAB), empresa localizada em Uberlândia, Minas Gerais; o Programa Compasso Mind, da AFG Editora Educacional, sediada na capital do estado de São Paulo, que oferece materiais de “*mindfulness*”; e os livros do projeto “Musicalizando o alfabeto com Patati Patatá”, comercializado pela empresa Patati Patatá Educacional, com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo.

O IAB fornece apostilas divididas nas áreas de Português, Matemática e Ciências para séries iniciais, bem como cadernos de testes bimestrais, também distribuídos por disciplina e por série. Para as turmas de alfabetização, agrega apostilas específicas, todas indicadas como materiais “baseados em evidências científicas”. Nas análises dos documentos que justificam

sua compra e nos termos de referência aos quais estão vinculados, não se encontra qualquer referência a estudos que indiquem quais seriam essas “evidências científicas”, nem autores ou instituições que os avalizem.

O conjunto de livros unificados comercializados pelo IAB é adquirido e aplicado em toda a rede de ensino, para todas as séries/anos, desde o ano de 2013. Independe da localização da escola ou das condições específicas dos estudantes, das escolas ou dos docentes, e deve ser obrigatoriamente o material pedagógico que direciona a ação cotidiana do professor. Sua aquisição gerou uma despesa de custeio de R\$ 8.154.499,00 para todas as séries/anos da rede municipal de ensino.

Para além da aquisição do material pedagógico destinado aos alunos, o IAB informa possuir materiais que se constituem literatura especializada, que engloba uma estruturação que integra a pedagogia e a gestão, não só no âmbito da secretaria, como também da escola e da sala de aula. Não nos foi possível, entretanto, identificar nos documentos a que tivemos acesso até que ponto chega o trabalho desse Instituto nos processos de gestão escolar. O que se tem como fala recorrente dos docentes é o fato de as atividades do material estruturado ocuparem a totalidade da carga horária letiva, limitando a realização de quaisquer outras atividades ou projetos educativos de maior profundidade ou conexão com a realidade cultural de cada comunidade.

O Programa Compasso Mind se apresenta como de iniciação à meditação e informa que se destina ao “*mindfulness*”, descrito como “prática que ensina a focar no presente de maneira consciente” (Prefeitura Municipal de Boa Vista, 2024a, p. 1), que auxilia “em uma série de alternativas para melhorar a atenção, exercitar a empatia, a calma e a gestão emocional desde a primeira infância” (p. 1), conforme descrito no item que apresenta a justificativa para aquisição do material, cujo termo de inexigibilidade de licitação encontra-se disponibilizado no Diário Oficial do Município nº 6.019, de 5 de janeiro de 2024⁸.

Constituído de materiais como Caderno do Aluno ou Livro de Bordo, de acordo com a série dos estudantes, e Livro do Professor, o material vem associado a um conjunto amplo de ações de formação continuada para professores e reuniões com familiares e diferentes comunidades, aí incluídas indígenas, rurais e do campo, totalizando 1.181 horas de trabalho, que seriam “formações incluídas no material”.

Entre os benefícios descritos como “comprovados em estudos” no Termo de Referência, afirma-se que o *mindfulness*

1. Reduz a ansiedade;
2. Apoia o tratamento de depressão;
3. Melhora o desempenho cognitivo;
4. Melhora a capacidade de foco e atenção;
5. Diminui a produção de cortisol (hormônio associado ao estresse);
6. Melhora a qualidade do sono;
7. Desenvolve a capacidade de regulação emocional. (Prefeitura Municipal de Boa Vista, 2024a, p. 3).

⁸ Acesse o Diário em <https://publicacoes.boavista.rr.gov.br/ler/diario/6019>

Indica-se, ainda, no mesmo documento, que “o Compasso *Mind* tem suas bases fortemente enraizadas em pesquisas que comprovam a eficácia dessa metodologia” (Prefeitura Municipal de Boa Vista, 2024a, p. 3). Todavia, ao contrário do esperado em um espaço que toma por base o conhecimento científico, como deveria ser o da educação formal pública, não encontramos quaisquer indicativos de quais são os estudos e pesquisas que comprovam a eficácia do material.

O custo anual do Programa Compasso Mind, em 2024, foi de R\$ 1.442.430,00 para o material dos alunos (de todas as séries/anos e todas as escolas do município), e de R\$ 62.432,00 os livros dos professores.

O terceiro projeto ao qual tivemos acesso foi o denominado “Musicalizando o alfabeto com Patati Patatá”, cujo Extrato de Contrato consta no Diário Oficial do Município de Boa Vista, nº 6.099, de 6 de maio de 2024. No Termo de Referência, o material é indicado como destinado a “potencializar a qualidade do ensino ofertado às crianças da Educação Infantil do município” (Prefeitura Municipal de Boa Vista, 2024b, p. 1). Consiste em um *kit* que contém uma caixa box com 100 adesivos e 24 livros referenciando as vogais e consoantes que compõem o alfabeto, com faixas musicais escritas e com mídias digitais ou códigos *QR Code*, adquirido pelo valor unitário de R\$ 547,00, totalizando R\$ 3.861.820,00, para atendimento especificamente aos 7.060 estudantes do segundo período da Educação Infantil.

A análise do material comercializado por essa empresa evidencia que ele é um conjunto de impressos destinados a atividades de preenchimento de lacunas, pintura e cobertura de letras, com abundância de exercícios que nos remontam à memória das cartilhas de alfabetização às quais os professores nascidos nas décadas de 1960 e 1970 tiveram amplo acesso como estudantes. Não nos cabe aqui um julgamento de valor artístico, mas a chamada “musicalização”, à qual se tem acesso por códigos digitais, apresenta um conjunto de canções cuja qualidade artística, musical ou pedagógica é certamente passível de intensos questionamentos.

E de que forma esses materiais impactam os processos de escolarização de estudantes público da Educação Especial, objetos de interesse deste estudo? Ao se apresentarem como materiais estruturados comuns a toda e qualquer escola da rede – aí incluídas as urbanas centrais, urbanas periféricas, do campo, indígenas ou majoritariamente ocupadas por migrantes, por exemplo –, vemos que esses materiais têm forte potencial de se constituírem, por si só, fortes elementos de exclusão de muitos estudantes.

Há ainda a se considerar os tempos estabelecidos na aplicação do ensino e na posterior aplicação dos cadernos de testes, previamente estruturados não apenas em seus tempos de aplicação, como em seus tempos e formatos de avaliação, intrinsecamente excludentes pela padronização *a priori*. Pedagogicamente, ao estabelecerem o que deve ser conteúdo e definirem os prazos para seu ensino, limitam quaisquer adequações ou individualizações de atendimento aos alunos cujos ritmos de desenvolvimento, atenção ou concentração sejam divergentes de um padrão de norma.

Financeiramente, são ações que explicitam a forte “punção de recursos públicos” (Evangelista & Shiroma, 2019), que já se efetivava fortemente na ocupação de recursos que seriam destinados ao Ensino Superior, no âmbito da Educação Básica. Em termos de gestão,

desresponsabilizam integralmente a possibilidade de os professores e coordenadores pedagógicos planejarem e executarem processos de ensino compatíveis com as demandas dos estudantes, tanto no aspecto das necessidades formativas quanto dos tempos de aprendizagem e desenvolvimento, já que as atividades práticas estão todas previamente estabelecidas.

A ausência do controle dos professores sobre o planejamento e desenvolvimento de estratégias compatíveis com as necessidades dos estudantes pode ser um dos fatores que, em nosso entendimento, está contribuindo para as demandas de ampliação da presença de profissionais de apoio individualizado para cada tipo de deficiência e/ou transtorno apresentado pelos estudantes, de forma a minimizar os impactos da impossibilidade de envolvimento dos estudantes atípicos em seus processos formativos.

Alternativamente, a segregação, mesmo que por períodos reduzidos, em locais como os Centros Especializados de atendimento individualizado e focado na deficiência ou no transtorno pode se constituir um formato que traga uma suposta indicação de realização de processo educativo. Mesmo que só haja espaço a um volume que não chegue a um quarto do número total de estudantes indicados como público da Educação Especial, é suficiente para a realização de registros midiáticos expressivos.

4 CONCLUSÕES

Nos elementos que nos foi possível identificar nos documentos públicos oficiais relativos à Educação Básica na Prefeitura Municipal de Boa Vista, e entre os estudantes matriculados nesse sistema e a forma como se dá a educação daqueles que têm sido categorizados como público da Educação Especial, fica demonstrado que temos um campo científico, de práticas e de transposição de políticas públicas adotadas nacionalmente em forte ebulição.

Os estudos revelam um reposicionamento das ações, com foco estabelecido na retomada de “atendimentos” em espaços especializados tornados prioritários e com forte ampliação de registros midiáticos desse processo, e na diversificação de profissionais para realização de atividades específicas no espaço escolar, como estratégia de resposta à ampliação numérica exponencial de matrículas, particularmente de estudantes com TEA.

Destacamos uma evolução numérica no índice de estudantes com laudos que atestam suas especificidades, o que nos exige aprofundamentos constantes de estudos, no sentido de compreender quais os elementos determinantes desse evento. Outrossim, estão sendo propostos cargos e atividades de profissionais, de diferentes naturezas, especificidades e formações, alterados em resposta a necessidades cotidianas.

Entendemos como preocupantes as limitações impostas à prática pedagógica dos profissionais do ensino pela adoção de materiais de ensino estruturados que os tornam executores passivos de ações planejadas por equipes externas não apenas ao sistema, mas à região amazônica, cujo direcionamento se dá na perspectiva da comercialização de produtos sem os necessários vínculos e compromissos com o desenvolvimento das populações ou da região. Tais indícios são relevantes dos processos de financeirização, que precisam ser melhor acompanhados em novos estudos, mas cujos impactos já estão em andamento.

REFERÊNCIAS

- Caiado, K. R. M., Jesus, D. M., & Baptista, C. R. (2018). Educação especial na perspectiva da educação inclusiva em diferentes municípios - Apresentação. *Caderno CEDES*, 38(106), 261-265. <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622018199149>
- Evangelista, O. (2012). Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In R. M. L. Araújo, & D. S. Rodrigues (Orgs.), *A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais* (1ª ed., pp. 51-72). Alínea.
- Evangelista, O., & Shiroma, E. (2019). O caráter histórico da pesquisa em educação. *Revista de Estudos Teóricos y epistemológicos em Política Educativa*, 4, 1-14. <https://doi.org/10.5212/retepe.v4.020>
- Garcia, R. M. C. (2016). Educação Especial na Perspectiva inclusiva: determinantes econômicos e políticos. *Comunicações*, 23(3), 7-26. <http://educa.fcc.org.br/pdf/comunic/v23n3ses/2238-121X-comunic-23-03-ses-00007.pdf>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2024). *Sinopse Estatística da Educação Básica 2023*. Inep. <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>
- Lei nº 1.145, de 20 de maio de 2009*. Dispõe sobre a estrutura de cargos, carreira e remuneração do quadro de provimento efetivo do professor público da Educação Básica da Prefeitura Municipal de Boa Vista-RR, e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Boa Vista. https://sapl.boavista.rr.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2009/2419/lei_no_1145_de_20_de_maio_de_2009.pdf
- Lei nº 1.578, de 29 de julho de 2014*. Assegura a matrícula para o aluno com deficiência física na escola municipal mais próxima de sua residência (“projeto eu já tenho a cadeira”). Diário Oficial do Município de Boa Vista. <https://publicacoes.boavista.rr.gov.br/ler/diario/3735>
- Lei nº 2.466, de 15 de agosto de 2023*. A organização do quadro de pessoal e o plano de cargos, carreiras e remuneração (PCCR) dos analistas, especialidades: especialistas em educação e orientação educacional, e professores do Poder Executivo Municipal de Boa Vista; revoga a Lei n. 1.145/2009; revoga artigos da Lei n. 1.611/2015; e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Boa Vista. <https://sapl.boavista.rr.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2023/4002/lei-2466-2023.pdf>
- Lei Ordinária nº 1.666/2015, de 29 de dezembro de 2015*. Aprova o plano municipal de educação para o decênio 2015-2025 e dá outras providências. <https://sapl.boavista.rr.leg.br/norma/274>
- Michels, M. H. (2021). *Formação do Professor de Educação Especial no Brasil* [Apresentação de artigo]. 40ª Reunião Nacional da ANPEd, 17 a 22 de outubro de 2021. https://anais.anped.org.br/sites/default/files/gt15-trabalho_encomendado_40rn.pdf
- Prefeitura Municipal de Boa Vista. (2024a). *Termo de Referência nº 195/2024*. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. <https://transparencia.boavista.rr.gov.br/arquivos/download/documentos/16013>
- Prefeitura Municipal de Boa Vista. (2024b). *Termo de Referência s/nº*. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. <https://transparencia.boavista.rr.gov.br/arquivos/download/documentos/16289>
- Públio, P. L. R., Lima, P. G., & Caiado, K. R. M. (2018). Educação Especial no município de Sorocaba, SP: os contextos das políticas e direito a educação. *Caderno CEDES*, 38(106), 335-354. <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622018198957>
- Shiroma, E. (2015). O estado como cliente: interesses empresariais na coprodução da inspeção escolar. *Trabalho Necessário*, 13(22), 57-79. <https://doi.org/10.22409/tn.13i22.p9594>

- Siems, M. E. R. (2016). *Educação Especial em Roraima – 1970–2001: efeitos do regime militar*. Pedro e João Editores.
- Siems-Marcondes, M. E. R. (2013). *Educação especial em Roraima: história, política e memória* (Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos). Repositório da UFSCar. <https://www.nepedeees.ufscar.br/pt-br/assets/arquivos/EDUCACAO%20ESPECIAL%20EM%20RORAIMA.pdf>
- Siems, M. E. R., & Alves, W. (2018). Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva no município de Boa Vista, Roraima. *Caderno CEDES*, 38(106), 267-280. <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622018195843>

Recebido em: 15/12/2024
Reformulado em: 09/05/2025
Aprovado em: 21/05/2025

